

Demonstrações Financeiras

Ágora Gestão de Recursos Ltda.

2025



Sumário

Relatório da Administração ... 3

Demonstrações Financeiras ... 4

Balanço Patrimonial ... 4

Demonstração do Resultado do Exercício ... 6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido... 7

Demonstração do Resultado Abrangente Acumulado... 8

Demonstração dos Fluxos de Caixa Acumulado... 9

Notas Explicativas da Administração ... 10

Relatório do Auditor Independente ... 23

Senhores Cotistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da Ágora Gestão de Recursos Ltda., relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Sociedade registrou Prejuízo de R\$ (3.149) mil, Patrimônio Líquido de R\$ 22.214 mil e Ativos Totais de R\$ 35.960 mil. A política de dividendos da Sociedade assegura o dividendo mínimo de 1% do lucro líquido aos cotistas, conforme previsto em seu contrato social.

Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Diretoria

Balanco Patrimonial em 31 de dezembro – Em Reais mil

	Nota	2025	2024
Ativo			
Circulante		29.452	28.336
Caixa e Equivalentes de Caixa	6	28.238	27.767
Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	7	417	310
Adiantamentos a Funcionários		21	37
Despesas Antecipadas		27	20
Outros ativos	8	749	202
Não Circulante		6.508	3.842
Realizável a Longo Prazo		6.463	3.785
Tributos a Compensar ou a Recuperar	19e	2.335	1.800
Ativos Fiscais Diferidos	19c e d	4.128	1.985
Imobilizado de Uso	9	45	57
Imobilizações de Uso		60	60
Depreciação Acumulada		(15)	(3)
Total do Ativo		35.960	32.178

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Balanco Patrimonial em 31 de dezembro – Em Reais mil

Passivo	Nota	2025	2024
Circulante		13.658	6.835
Salários a Pagar		629	341
Impostos, Encargos e Contribuições a Recolher	19g	840	652
Outras Contas a Pagar		49	4
Bonificações a Pagar	10	12.140	5.838
Exigível a Longo Prazo		88	51
Passivos Fiscais Diferidos	19f	88	51
Patrimônio Líquido		22.214	25.292
Capital Social:			
- De Domiciliados no País	11	17.800	17.800
Reservas de Lucros	11b	4.154	7.303
Reservas de Capital		89	89
Outros Resultados Abrangentes		171	100
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		35.960	32.178

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstração do Resultado Acumulado dos Exercícios em 31 de dezembro – Em Reais mil

	Nota	2025	2024
Receitas Operacionais		13.532	7.425
Receita líquida de Prestação de Serviços	12	13.523	7.402
Receitas de Prestação de Serviços		13.800	7.553
Impostos e contribuições sobre Serviços		(277)	(151)
Outras Receitas Operacionais		9	23
Despesas Operacionais		(22.136)	(15.166)
Despesas de Pessoal	14	(18.863)	(12.385)
Outras Despesas Operacionais	15	(1.192)	(1.141)
Despesas Tributárias	16	(1.496)	(894)
Despesas Gerais e Administrativas	17	(585)	(746)
Resultado Financeiro		3.709	3.004
Receitas Financeiras	13	3.709	3.004
Resultado Antes da Tributação sobre o Lucro		(4.895)	(4.737)
Imposto de Renda e Contribuição Social	19a	1.746	1.676
(Prejuízo) do Exercício		(3.149)	(3.061)
Número de cotas		17.800	17.800
(Prejuízo) Básico por lote de mil cotas		(0,18)	(0,17)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – Em Reais mil

Eventos	Capital Social	Reserva de Capital	Reservas de Lucros		Outros Resultados Abrangentes	(Prejuízos) Acumulados	Totais
			Legal	Estatutária			
Saldos em 31 de dezembro de 2023	17.800	89	1.448	8.916	184	-	28.437
Ajuste a Valor Justo - Ativos Financeiros	-	-	-	-	(84)	-	(84)
Prejuízo do Exercício	-	-	-	-	-	(3.061)	(3.061)
Absorção de Prejuízo	-	-	-	(3.061)	-	3.061	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	17.800	89	1.448	5.855	100	-	25.292
Ajuste a Valor Justo - Ativos Financeiros	-	-	-	-	71	-	71
Prejuízo do Exercício	-	-	-	-	-	(3.149)	(3.149)
Absorção de Prejuízo	-	-	-	(3.149)	-	3.149	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	17.800	89	1.448	2.706	171	-	22.214

Demonstração do Resultado Abrangente em 31 de dezembro – Em Reais mil

	2025	2024
(Prejuízo) do Exercício	(3.149)	(3.061)
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado	71	(84)
Ajuste a Valor Justo - Ativos Financeiros	107	(127)
Efeito dos impostos	(36)	43
Total do Resultado Abrangente do Exercício	(3.078)	(4.995)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa Acumulados em 31 de dezembro – Em Reais mil

	2025	2024
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	(4.895)	(4.737)
Ajustes ao lucro líquido antes dos impostos	(172)	(128)
Depreciações e Amortizações	12	3
Juros, Variações Monetárias Líquidas	(184)	(131)
Lucro Líquido Ajustado	(5.067)	(4.865)
(Aumento) / Redução em Outros Ativos	(925)	(334)
Aumento / (Redução) em Outras Obrigações	6.606	2.640
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(143)	(493)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades Operacionais	471	(3.052)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:	-	(60)
(Aquisição) de Imobilizado	-	(60)
Caixa Líquido Proveniente/ (Utilizado) nas Atividades de Investimentos	-	(60)
(Aumento) / Redução de Caixa e Equivalentes de Caixa	471	(3.112)
Início do Exercício	27.767	30.879
Fim do Exercício	28.238	27.767
(Aumento) / Redução de Caixa e Equivalentes de Caixa	471	(3.112)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

ÁGORA GESTÃO DE RECURSOS LTDA.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Em Milhares de Reais

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Ágora Gestão de Recursos Ltda. ("Ágora Gestão" ou "Sociedade") é uma Sociedade que tem por objetivo a estruturação, constituição, administração e gestão de fundos de investimento em geral, constituídos sob a forma de condomínio aberto ou fechado, administração de carteiras de títulos, valores mobiliários e demais modalidades operacionais admitidas no âmbito do mercado financeiro de capitais, e consultoria de investimento, análise e seleção de títulos, valores mobiliários e demais modalidades operacionais admitidas no âmbito do mercado financeiro e de capitais. A Ágora Gestão de Recursos Ltda. é parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e suas demonstrações financeiras devem ser entendidas neste contexto.

A Sociedade está domiciliada na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1.309, 12º andar, Vila Olímpia, São Paulo, SP.

2. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As demonstrações financeiras da Sociedade, foram elaboradas de forma consistente entre os exercícios, e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em 31 de dezembro de 2025. A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão.

2.1. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a mensuração dos ativos ao seu valor justo, quando aplicável.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a Sociedade conseguirá cumprir suas obrigações conforme os prazos contratuais.

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 27 de março de 2026.

2.2. Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Sociedade atua, que é o Real (R\$). As demonstrações estão sendo apresentadas em milhares de reais.

2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são utilizados para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Assim sendo, incluem disponibilidades em moeda nacional e as aplicações financeiras, que são prontamente conversíveis em caixa ou possuem prazo igual ou inferior 90 dias, e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

A composição das aplicações registradas em caixa e equivalentes de caixa está apresentada na Nota 06.

2.4. Ativos Financeiros

A Sociedade classifica seus ativos financeiros sob as categorias: (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR); e (iii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA – Patrimônio Líquido).

- **Mensurados ao custo amortizado**

São ativos financeiros mantido dentro do modelo de negócios, cujo propósito seja o de receber os seus fluxos de caixa contratuais, e os seus termos contratuais derem origem, exclusivamente, a pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método de juros efetivos. O valor contábil bruto é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

- **Mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR)**

Os ativos financeiros mensurados a VJR são reconhecidos e inicialmente mensurados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações subsequentes do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado, incluindo juros ou receita de dividendos.

São ativos mantidos pela Sociedade com o propósito de negociá-los no curto prazo ou mantê-los como parte de uma carteira administrada em conjunto para obtenção de lucro no curto prazo ou para tomada de posições, ou eventualmente, aqueles ativos que não atendem ao teste SPPI (*Solely Payment of Principal and Interest*). Os instrumentos financeiros derivativos, também, são classificados como VJR.

Teste SPPI: O Objetivo deste teste é avaliar os termos contratuais dos instrumentos financeiros para determinar se dão origem a fluxos de caixa em datas específicas que se enquadram como somente pagamento de principal e juros sobre o montante principal.

- **Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)**

São reconhecidos inicialmente a valor justo, mais os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou a sua emissão e são mensurados, subsequentemente, a valor justo com os ganhos e perdas reconhecidos em outros resultados abrangentes, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável e dos ganhos e perdas cambiais de conversão, até que o ativo financeiro deixe de ser reconhecido. As perdas de crédito esperadas são registradas na demonstração do resultado em contrapartida a outros resultados abrangentes, não tendo impacto no valor contábil bruto do ativo.

A classificação e composição dos títulos e valores mobiliários estão apresentadas na Nota 07.

2.5. Determinação do valor justo

O valor justo dos ativos financeiros é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de definições de

preços, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes.

Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

– Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

– Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

– Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

As aplicações em fundos de investimento são avaliadas com base no valor da cota divulgada pelo Administrador do fundo investidor, que reflete o valor de mercado dos investimentos que compõem a carteira do respectivo fundo.

2.6. Imobilizado

O imobilizado é contabilizado ao custo de aquisição menos depreciação acumulada e ajustado por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear com a utilização de taxas baseadas na vida útil estimada desses ativos.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

	Anos de vida útil
Edifícios	25
Máquinas e equipamentos	5 a 10
Móveis e utensílios	5 a 10

A composição do ativo imobilizado está apresentada na Nota 09.

2.7. Redução ao valor recuperável de ativos (*Impairment*)

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor recuperável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

A Sociedade avalia, ao final de cada exercício, se existem evidências objetivas de deterioração de seus ativos. Caso se confirme a existência de impactos nos fluxos de caixa pela deterioração de seus ativos e se for possível estimá-los com confiabilidade, a perda por *impairment* é reconhecida no resultado do período. Nos exercícios de 2025 e de 2024, não houve perda por *impairment*.

2.8. Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas, passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo “contingente” é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
- Obrigações Legais: Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é a sua legalidade ou constitucionalidade e são reconhecidas considerando a probabilidade de perda.

2.9 Patrimônio líquido

a) Lucro ou Prejuízo por cotas

A Sociedade apresenta dados de lucro ou prejuízo por cotas básico. O lucro ou prejuízo por cotas básico é calculado dividindo-se o lucro ou prejuízo líquido pela quantidade de cotas.

b) Dividendos a pagar

A distribuição de dividendos para os cotistas da Sociedade é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no Contrato Social da Sociedade.

2.10 Reconhecimento das receitas

O CPC 47 – Receitas de contratos com Clientes – requer que o reconhecimento de receita seja feito de modo a retratar a transferência de bens ou serviços para clientes por um montante que reflita a expectativa da Sociedade de ter em troca os direitos desses bens ou serviços.

A Sociedade reconhece a receita quando o seu valor puder ser mensurado com segurança, for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Sociedade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Sociedade. A Sociedade atua com gestão de carteiras e gestão de fundos, e os clientes obtêm informações dos serviços de gestão de fundos mensalmente, conforme os serviços são prestados. As faturas

são emitidas ao final de cada mês e devem ser pagas, normalmente, em até 30 dias. A receita é reconhecida mensalmente conforme os serviços de gestão de fundos são prestados e as obrigações de desempenho são cumpridas.

A composição da Receita de Prestação de Serviços está apresentada na Nota 12.

2.11 Receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem rendas sobre certificados de depósitos Bancários e demais ativos financeiros. As receitas de juros são reconhecidas no resultado, através do método dos juros efetivos.

A composição da Receita Financeira está apresentada na Nota 13.

2.9 Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os ativos fiscais diferidos de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e de adições temporárias, são registrados na rubrica "Ativos Fiscais Diferidos", e as provisões para as obrigações fiscais diferidas sobre ajustes a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários, atualização de depósitos judiciais, dentre outros, são registrados na rubrica "Passivos Fiscais Diferidos".

Os ativos fiscais diferidos sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os ativos fiscais diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais ativos fiscais diferidos são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) é calculada à alíquota-base de 15% sobre o lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre a parcela do lucro que exceder o limite legal. A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) é apurada a alíquota de 15%.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a demonstração dos seus cálculos, a origem e previsão de realização dos ativos fiscais diferidos, bem como os valores dos ativos fiscais diferidos não ativados, estão apresentados na Nota 19.

2.10 Apuração de resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre, e simultaneamente, quando se correlacionarem, independentemente, de recebimento ou pagamento. O resultado abrangente é apurado partindo do lucro líquido do período e incluindo os ajustes de avaliação patrimonial.

2.11 Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base *pro rata dia*) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base *pro rata dia*).

2.12 Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

Os eventos subsequentes, quando existirem, serão descritos no final das notas explicativas.

3. NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS

a) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2025:

- Alterações do CPC 02 - Efeitos das mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras - As alterações, emitidas em setembro de 2024, exigem que sejam fornecidas informações úteis e completas nas demonstrações financeiras de uma companhia quando uma moeda não puder ser convertida por outra. Estabelece que as companhias adotem uma abordagem uniforme ao avaliar a possibilidade de conversão entre diferentes moedas, não sendo possível a conversão, deve-se determinar uma taxa de câmbio a ser utilizada e divulgar essa situação de forma adequada. Estas alterações entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025 e não foram identificados impactos para Sociedade.

b) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis a períodos futuros:

- CPC 51/ IFRS 18 - Apresentação e Divulgação em Demonstrações Financeiras. A norma, emitida em dezembro de 2025 introduz novas exigências para melhorar a divulgação do desempenho financeiro das empresas, tais como: três categorias definidas para receitas e despesas - operacional, investimentos e financiamentos - e novos subtotais definidos, incluindo o lucro operacional; divulgação de informações sobre indicadores específicos da empresa relacionados à demonstração de resultado, denominados medidas de desempenho definidas pela administração; orientações aprimoradas quanto à organização das informações e se elas devem ser fornecidas nas demonstrações financeiras primárias ou nas notas explicativas. Exige maior transparência para as despesas operacionais e apresenta requisitos específicos sobre como as empresas, tais como bancos e seguradoras, classificam as receitas e despesas na categoria operacional. O CPC 51 entrará em vigor em 1º de janeiro de 2027. A Sociedade está avaliando os impactos da nova norma.
- Emendas do CPC 48/IFRS 9 e CPC 40/IFRS 7 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros. As emendas, emitidas em maio de 2024, trazem esclarecimentos sobre a classificação de ativos financeiros com governança ambiental, social e corporativa (ESG) e características similares, além de abordar critérios sobre a liquidação de passivos através de sistemas eletrônicos de pagamento. Essas emendas entram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2026 e a Sociedade está avaliando os impactos destas normas.
- Emendas do CPC 48/IFRS 9 e CPC40/IFRS 7 - Contratos Referenciados à Eletricidade Dependente da Natureza. As emendas, emitidas em dezembro de 2024, visam melhorar a forma como as empresas relatam os efeitos financeiros dos contratos de eletricidade dependentes da natureza, frequentemente estruturados como acordos de compra de energia (PPAs). As emendas incluem esclarecimentos da aplicação dos requisitos de 'uso próprio', permitindo a contabilidade de hedge se esses contratos forem usados como instrumentos de hedge e adicionam novos requisitos de divulgação para ajudar os investidores a entenderem o impacto desses contratos no desempenho financeiro e nos fluxos de caixa das empresas. Essas

emendas entram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2026, com a possibilidade de aplicação antecipada. A Sociedade está avaliando os impactos destas normas.

4. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Sociedade é parte integrante da Organização Bradesco, sendo que seu gerenciamento de risco é realizado por área técnica especializada da Organização, de maneira corporativa e centralizada, sendo um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.

5. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS RELEVANTES

A apresentação das demonstrações financeiras, em conformidade com os princípios de reconhecimento e mensuração pelos padrões de contabilidade emitidos pelo CPC, requer que a Administração da Sociedade formule julgamentos, estimativas e pressupostos que poderão afetar o valor dos ativos e passivos apresentados.

Essas estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada período e nas ações que se planeja realizar, sendo permanentemente revistas com base nas informações disponíveis. Alterações nos fatos e circunstâncias podem conduzir à revisão nas estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão divergir das estimativas.

As estimativas e os pressupostos significativos utilizados pela Administração da Sociedade estão assim apresentados:

a) Classificação e avaliação dos ativos financeiros - Nota Explicativa 7

A classificação dos ativos financeiros é baseada tanto no modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. O tratamento contábil dos títulos que possuímos depende da respectiva classificação.

Estimamos o valor justo utilizando preços cotados de mercado, quando disponíveis. Observamos que o valor pode ser afetado pelo volume de ações negociadas e pode, também, não refletir os “prêmios de controle” resultantes dos acordos de acionistas. Entretanto, a Administração acredita que os preços cotados de mercado são os melhores indicadores do valor justo. Na determinação do valor justo, quando os preços cotados de mercado não estão disponíveis, há o julgamento da Administração, já que os modelos são dependentes de nosso julgamento com relação a que peso atribuir aos diferentes fatores e à qualidade das informações que recebemos. O julgamento deve determinar, inclusive, se um decréscimo no valor justo abaixo do custo atualizado de um título mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes não é temporário, de maneira a exigir que seja possível reconhecer uma desvalorização do custo atualizado e que se possa refletir a redução como despesa. Para avaliar se uma desvalorização não é temporária, a Administração decide qual período histórico deve ser considerado e quão severa uma perda pode ser reconhecida. Esses métodos de avaliação podem levar a resultados diferentes, caso as suposições e estimativas utilizadas não se confirmarem posteriormente.

b) Reconhecimento da Receita – Nota Explicativa 2.10

Se a receita dos serviços de gestão de fundos é reconhecida ao longo do tempo ou em um momento específico no tempo.

c) Reconhecimento de ativos fiscais diferidos - Nota Explicativa 19

O reconhecimento de ativos fiscais diferidos é feito quando há disponibilidade de lucro tributável futuro para consumo do ativo fiscal diferido sobre diferenças temporárias dedutíveis, Base Negativa de Contribuição Social e prejuízo fiscal.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 31 de Dezembro

	2025	2024
Certificados de Depósitos Bancários – CDB Fácil Bradesco ⁽¹⁾	28.238	27.767
Total de caixa e equivalentes de caixa	28.238	27.767

(1) Esta aplicação financeira foi avaliada pela Administração à luz do CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa e foi considerada como equivalente de caixa em função da sua essência que é o gerenciamento da caixa. Conforme consta na Nota 2.3, os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros propósitos.

7. ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES

Em 31 de dezembro

Títulos	De 1 a 30 dias	Valor justo/ contábil ^{(2) (3)}	Valor de custo atualizado	Ajuste a valor justo
Ações de Companhias Abertas ⁽¹⁾	417	417	158	259
Total em 2025	417	417	158	259
Total em 2024	310	310	158	152

(1) Referem-se a 30.000 ações emitidas pela B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão; e

(2) O valor justo dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificação, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes.

(3) Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

8. OUTROS ATIVOS

Em 31 de dezembro

	2025	2024
Taxas de Carteiras Administradas a Receber	749	202
Total	749	202

9. IMOBILIZADO

Em 31 de dezembro

	Taxa Anual	Custo	Depreciação	Custo líquido de depreciação
Máquinas e Equipamentos	10%	60	(15)	45
Total em 31 de dezembro de 2025	-	60	(15)	45
Total em 31 de dezembro de 2024	-	60	(3)	57

10. BONIFICAÇÕES A PAGAR

Referem-se a bônus a pagar aos funcionários no montante de R\$ 12.140 (2024 – R\$ 5.838), o valor é projetado com base em indicadores de performance (individual e coletiva) e é revisado anualmente de acordo com a estratégia operacional da Sociedade.

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em ações

O capital social, totalmente subscrito e integralizado no montante de R\$ 17.800 (2024 – R\$ 17.800), é dividido em cotas.

	Em 31 de Dezembro	
	2025	2024
Cotas	17.800.000	17.800.000
Total	17.800.000	17.800.000

b) Reservas de lucros

	Em 31 de Dezembro	
	2025	2024
Reservas de lucros	4.154	7.303
Reserva legal ⁽¹⁾	1.448	1.448
Reserva estatutária ^{(2) (3)}	2.706	5.855

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos;

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado; e

(3) Ocorreu utilização de parte do saldo da reserva estatutária para absorção de prejuízo do exercício, vide nota 11c.

c) Dividendos mínimos obrigatórios

Conforme disposição estatutária aos acionistas estão assegurados dividendos que correspondam no mínimo a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da lei societária. A Assembleia deliberará sobre a destinação do resultado do exercício.

Os cálculos dos dividendos relativos aos exercícios de 2025 e 2024 estão demonstrados a seguir:

	Em 31 de dezembro			
	2025	% ⁽¹⁾	2024	% ⁽¹⁾
Prejuízo do Exercício	(3.149)		(3.061)	
Absorção do Prejuízo com Reserva Estatutária	3.149		3.061	
Reserva Legal	-		-	
Base de Cálculo	-		-	
Dividendos mínimos obrigatórios	-	1,0	-	1,0

(1) Percentual dos dividendos aplicado sobre a base de cálculo.

12. RECEITA LÍQUIDA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2025	2024
Taxas de Carteiras Administradas	10.866	5.361
Taxas de Gestão de Fundos	2.934	2.192
Impostos e Contribuições sobre Serviços	(277)	(151)
Total	13.523	7.402

13. RECEITAS FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro

	2025	2024
Rendimento de Certificado de Depósito Bancário - CDB	3.525	2.885
Juros Ativos	184	119
Total	3.709	3.004

14. DESPESAS DE PESSOAL

Exercícios findos em 31 de dezembro

	2025	2024
Proventos e Gratificações	12.318	8.040
Encargos Sociais	5.556	3.752
Despesa de Benefícios	742	481
Indenizações Trabalhistas	247	112
Total	18.863	12.385

15. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

Exercícios findos em 31 de dezembro

	2025	2024
Despesa com Processamento de Dados	1.064	1.046
Outras	128	95
Total	1.192	1.141

16. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

Exercícios findos em 31 de dezembro

	2025	2024
Contribuição à Cofins	1.198	695
Contribuição ao PIS	252	144
Outras	46	55
Total	1.496	894

17. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

Exercícios findos em 31 de dezembro

	2025	2024
Despesa de Serviços de Terceiros	493	661
Outras	40	48
Despesa com Viagens	40	26
Despesa com Materiais	-	8
Despesa de Depreciação	12	3
Total	585	746

18. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

No curso habitual das atividades e em condições de mercado são mantidas pela Sociedade com partes relacionadas, tais como contas bancárias e aplicações financeiras com controlador indireto (Banco Bradesco S.A.) e controlador direto (Ágora Investimentos S.A.).

A Sociedade na realização de seus negócios e na contratação de serviços, realiza cotações e pesquisas de mercado tendo por critério a busca pelas melhores condições técnicas e de preços. Essas operações são realizadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Notas Explicativas da Administração

Ágora Gestão de Recursos Ltda.

A tabela a seguir incluem os saldos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, discriminados por modalidade de contrato, controlador e empresas coligadas do controlador, bem como as movimentações relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

a) As transações com partes relacionadas estão assim representadas:

	Em 31 de dezembro			
	Ativo / (Passivo)		Receita / (Despesas)	
	2025	2024	2025	2024
Caixa e Equivalentes de Caixa	28.238	27.767	-	-
Banco Bradesco S.A.	28.238	27.767	-	-
Rendimento de aplicações em CDB	-	-	3.525	2.885
Banco Bradesco S.A.	-	-	3.525	2.885

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A Sociedade é a parte integrante da Organização Bradesco e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Bradesco S.A., controlador da Sociedade.

19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2025	2024
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(4.895)	(4.737)
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	1.664	1.610
Efeito no cálculo dos tributos:		
Despesas e provisões indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	55	43
Outros valores	27	23
Imposto de renda e contribuição social do exercício	1.746	1.676

b) Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2025	2024
Impostos correntes:		
Imposto de renda e contribuição social devidos	(397)	(309)
Impostos diferidos:		
Constituição/(realização) no exercício, sobre adições e exclusões temporárias	2.143	1.985
Total dos impostos diferidos	2.143	1.985
Imposto de renda e contribuição social do exercício	1.746	1.676

c) Origem dos ativos e passivos diferidos de imposto de renda e contribuição social

Em 31 de dezembro				
	2024	Constituição	Realização	2025
Provisão para bonificação	1.985	3.411	(1.268)	4.128
Total dos ativos fiscais diferidos	1.985	3.411	(1.268)	4.128
Passivos fiscais diferidos (Nota 19e)	(51)	(37)	-	(88)
Ativos fiscais líquidos dos passivos fiscais diferidos	1.934	3.374	(1.268)	4.040

d) Projeção de realização dos ativos fiscais diferidos sobre diferenças temporárias

Em 31 de dezembro			
	Diferenças temporárias		Total
	Imposto de Renda	Contribuição Social	
2026	3.035	1.093	4.128
Total	3.035	1.093	4.128

A projeção de realização dos créditos tributários é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis.

Em 31 de dezembro de 2025, o valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, monta a R\$ 4.040 (2024 - R\$ 1.868) de diferenças temporárias.

Todos os ativos fiscais diferidos da Sociedade foram devidamente ativados.

e) Passivos Fiscais diferidos

Em 31 de dezembro				
	2024	Constituição	Realização	2025
Ajuste ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	51	37	-	88
Total dos impostos diferidos (Nota 19c)	51	37	-	88

f) Tributos a compensar ou a recuperar

Os tributos a compensar ou a recuperar no montante de R\$ 2.335 (2024 – R\$ 1.800) referem-se a saldo negativo de impostos de renda e contribuição social de exercícios anteriores.

g) Impostos, Encargos e Contribuições a recolher

Em 31 de dezembro		
	2025	2024
Encargos Sociais	219	119
IRRF	192	111
PIS e COFINS	151	91
INSS	135	221
FGTS	69	57
IRPJ e CSLL	42	19
ISS	29	21
Outros	3	13
Total	840	652

20. OUTRAS INFORMAÇÕES

- a) A Sociedade não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024;
- b) Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 não há processos com riscos fiscais, cíveis e trabalhistas avaliados como perda possíveis ou prováveis; e
- c) Não houve eventos subsequentes que requeiram ajustes ou divulgações, para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2025.

A DIRETORIA

Silvio José Alves - Contador – CRC 1SP202567/O-5



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Verbo Divino, 1400, Conjunto Térreo ao 801 - Parte,
Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Cotistas e Diretores da
Ágora Gestão de Recursos Ltda.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Ágora Gestão de Recursos Ltda. (“Ágora Gestão” ou “Sociedade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ágora Gestão de Recursos Ltda., em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.



Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

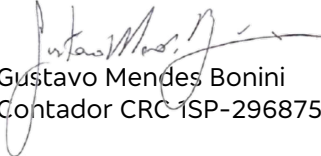
Relatório do Auditor Independente

Ágora Gestão de Recursos Ltda.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de março de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6


Gustavo Mendes Bonini
Contador CRC 1SP-296875/O-4



bradesco